



## DIÁRIO OFICIAL DE SANTA CATARINA

### EXTRATO DIGITAL DE PUBLICAÇÃO

---

Extrato de Publicação, referente a matéria  
matéria nº: 1180724 de 30/04/2026  
Edição Eletrônica nº 22744



---

Código de Verificação



Assinado de forma digital por FUNDO DE  
MATERIAIS, PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS  
OFICIAIS - 14284443000197

Balanços Patrimoniais				Demonstrações dos Fluxos de Caixas				Demonstrações de Resultados			
Ativo	Nota	2025	2024	Atividades Operacionais	2025	2024		Nota	2025	2024	
<b>Circulante</b>				<b>Déficit do Exercício</b>	<b>(199.749)</b>	<b>(248.615)</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	180.962	-	Ajustes para reconciliar o superávit (déficit) do exercício com o caixa			<b>Receitas Operacionais</b>				
Contas a receber	5	630.611	571.171	Depreciação/Amortização	2.507	1.900	Serviços prestados				
Estoques	6	27.332	22.107	Provisões para Contingências	(55.717)	5.717	pacientes SUS	7.113.327	6.963.796		
Outros créditos		90.336	51.089	<b>Déficit do Exercício Ajustado</b>	<b>(252.959)</b>	<b>(240.998)</b>	Serviços prestados convênios e particulares				
Contratos de gestão	3m	6.306.106	2.291.512	<b>(Aumento) / Redução do Ativo</b>			(-) Glosas				
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>7.235.347</b>	<b>2.935.879</b>	Contas a Receber	(59.440)	(69.663)	<b>Receita Líquida</b>	<b>7.113.327</b>	<b>6.963.796</b>		
<b>Não Circulante</b>				Estoques	(5.225)	(694)	<b>Custos</b>				
Partes relacionadas	11	6.700	6.700	Outros Créditos	(39.247)	(46.645)	Serviços de terceiros	(3.373.842)	(3.374.881)		
Imobilizado - Próprio	7	17.563	20.070	<b>Aumento / (Redução) do Passivo</b>			Pessoal e encargos	(2.541.992)	(2.428.202)		
<b>Total do Ativo não Circulante</b>		<b>24.263</b>	<b>26.770</b>	Fornecedores	29.689	19.800	Materiais e medicamentos	(434.842)	(459.103)		
<b>Total do Ativo</b>		<b>7.259.610</b>	<b>2.962.649</b>	Obrigações Trabalhistas	(22.093)	52.829	<b>Superávit / (Déficit) Líquido</b>	<b>762.651</b>	<b>701.610</b>		
<b>Passivo e Patrimônio Social</b>	Nota	<b>2025</b>	<b>2024</b>	Obrigações Sociais	6.754	17.148	<b>Despesas</b>				
<b>Circulante</b>				Obrigações Fiscais	(10.747)	148	Pessoal e encargos	(635.498)	(607.050)		
Fornecedores	8	336.538	306.849	Outras Contas a Pagar	-	-	Serviços de terceiros	-	-		
Obrigações trabalhistas	9	406.180	428.273	Ajustes Patrimoniais	-	(3)	Impostos, taxas e contribuições	(8.088)	(8.228)		
Obrigações sociais	10	95.478	88.724	<b>Fluxo de Caixa Gerado / (Cons.) pela Atividade Operacional</b>	<b>(353.268)</b>	<b>(268.078)</b>	Depreciação/amortização	(2.507)	(1.900)		
Obrigações fiscais		14.790	25.537	<b>Atividades de Investimento</b>			Desp. gerais e administrativas	13 (368.809)	(378.577)		
Outras contas a pagar		2.445	2.445	Aquis. de Ativo Imobilizado e Intangível	-	(8.112)	<b>Déficit Antes do Res. Financeiro</b>	<b>(252.251)</b>	<b>(294.145)</b>		
Partes relacionadas	11	861.695	449.613	Baixas de Ativo Imobiliz. e Intangível	-	-	<b>Financeira Líquidas</b>				
Contratos de gestão	3m	6.306.106	2.291.512	<b>Fluxo de Caixa Consumido pela Atividade de Investimento</b>	<b>-</b>	<b>(8.112)</b>	Despesas financeiras	(4.340)	(4.936)		
<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>8.023.232</b>	<b>3.592.953</b>	<b>Atividades de Financiamento</b>			Receitas financeiras	99	38		
<b>Não Circulante</b>				Partes Relacionadas	534.230	276.190	<b>Déficit Antes de Outras Despesas e Receitas</b>	<b>(256.492)</b>	<b>(299.043)</b>		
Partes relacionadas	11	769.454	647.306	<b>Fluxo de Caixa Gerado / (Consum.) pela Atividade de Financiamento</b>	<b>534.230</b>	<b>276.190</b>	<b>Outras Despesas e Receitas</b>				
Provisões para contingências	12	-	55.717	<b>Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>180.962</b>	<b>-</b>	Doações e subvenções	-	428		
<b>Total do Passivo não Circulante</b>		<b>769.454</b>	<b>703.023</b>	No início do exercício	-	-	Outras receitas e despesas	56.743	50.000		
<b>Patrimônio Social</b>				No fim do exercício	180.962	-	<b>Déficit do Exercício</b>	<b>(199.749)</b>	<b>(248.615)</b>		
Patrimônio social		(1.333.327)	(1.084.712)	<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Exercício</b>	<b>180.962</b>	<b>-</b>	<b>Outros resultados abrangentes</b>	<b>-</b>	<b>-</b>		
Superávit (déficit) acumulado		(199.749)	(248.615)				<b>Total Resultado Abrangente</b>	<b>(199.749)</b>	<b>(248.615)</b>		
<b>Total do Patrimônio Social</b>		<b>(1.533.076)</b>	<b>(1.333.327)</b>								
<b>Total do Passivo e Patrim. Social</b>		<b>7.259.610</b>	<b>2.962.649</b>								

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Patrimônio Social	Superávit/ Défic. acum.	Total
<b>Saldos em 31/12/2023</b>	<b>(749.971)</b>	<b>(334.738)</b>	<b>(1.084.709)</b>
Incorp. ao Patr. Social	(334.738)	334.738	-
Ajustes Patrimoniais	(3)	-	(3)
Déficit do Exercício	-	(248.615)	(248.615)
<b>Saldos em 31/12/2024</b>	<b>(1.084.712)</b>	<b>(248.615)</b>	<b>(1.333.327)</b>
Incorp. ao Patr. Social	(248.615)	248.615	-
Déficit do Exercício	-	(199.749)	(199.749)
<b>Saldos em 31/12/2025</b>	<b>(1.333.327)</b>	<b>(199.749)</b>	<b>(1.533.076)</b>

**Notas Explicativas**

**1. Contexto Operacional: a) Objetivos Sociais:** A Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24 Horas está habilitada como porte I - opção III pela Portaria 10, de 03 de janeiro de 2017, do Ministério da Saúde. A unidade possui capacidade operacional para 10 (dez) leitos distribuídos entre leitos de observação adulto feminino e masculino e leitos de emergência, o atendimento é voltado exclusivamente ao SUS, assegurando assistência universal e gratuita, em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia. Entre as principais metas do novo contrato estão a ampliação dos indicadores de qualidade assistencial, a integração entre o hospital e a UPA, o aprimoramento dos fluxos de urgência e emergência e a redução do tempo de espera nos atendimentos. O modelo também prevê o fortalecimento das áreas de obstetria, pediatria e clínica médica, além da padronização de protocolos e investimentos em qualificação profissional. A Unidade de Pronto Atendimento está situado na Rod. Duque de Caxias, S/N, São Francisco do Sul - SC. **b. Contrato de Gestão:** A Unidade de Pronto Atendimento (UPA) é administrada pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), desde 16 de outubro de 2018, sendo atualmente por meio de contrato de gestão nº 030/2025, vigente até 31/10/2026. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:

Âmbito	Legislação	Publicação
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970
Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE de 19/11/1969
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967

Considerando o parecer técnico nº 84/2025-CGCER/DCE-BAS/SAES/MS, constante do processo nº 25000.175499/2023-33, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve: Art. 1º fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), em conformidade com o art. 9º da Lei Complementar nº 187/2021, do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH, CNPJ nº 23.453.830/0001-70, com sede em Pedro Leopoldo (MG). Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de Janeiro de 2024 a 31 de Dezembro de 2026. O Instituto encontra-se adimplente com as orientações e exigências da Lei Complementar Nº 187 /2021. **c. Déficit do exercício de**

**2025:** Em 2025 a UPA arcou com maior volume de serviços em especialidades, assim como, com o repasse de atualização de seus fornecedores sobre os produtos e serviços de consumo geral. Desta forma, os recursos provenientes do contrato de gestão não foram suficientes para manter o fluxo financeiro da operação no exercício, impactando na apresentação de déficit na ordem de R\$ 199.749 no exercício. Como consequência, o UPA apresenta excesso de passivos sobre ativos circulantes no montante de R\$ 787.885 em 31 de dezembro de 2025. A Administração busca constante adequação dos custos de execução da operação da UPA em conjunto com o atendimento às exigências técnicas e contratuais com o Ente Público e possui a meta de reequilibrar os fluxos de caixa em discussão de renovação/atualização dos valores contratados com o Ente Público. **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: a. Declaração de Conformidade:** Com exceção aos ativos imobilizados e intangíveis que serão devolvidos ao poder concedente ao final do contrato de gestão e que não foram submetidos à avaliação de vida útil, as demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a lei complementar 187/2021 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. **b. Aprovação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Administração na reunião em 15 de Abril de 2026. **c. Base de Mensuração:** As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. **d. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras estão sendo apresentadas em Real, arredondadas em relação aos centavos, exceto quando indicado de outra forma. **3. Resumo das Principais Políticas Contábeis:** A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a. Caixa e Equivalentes de Caixa:** São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. **b. Estoques:** São demonstrados ao custo médio das compras, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. **c. Imobilizado: i. Reconhecimento e Mensuração:** Os imobilizados tanto próprios como os de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação

sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. **ii. Custos Subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. **iii. Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Taxa Anual de Depreciação - %	
Instalações	10%
Máquina e Equipamentos	10%
Móveis e Utensílios	10%
Eq. Informática	20%

O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **d. Intangível:** Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, reflete os custos com direitos de uso de software. **e. Redução ao Valor Recuperável de Ativos Tangíveis e Intangíveis:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **f. Julgamentos e Estimativas:** A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. **i. Provisões para Riscos Judiciais:** A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a

>>> **continuação**

hierarquia das leis, das jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. **ii. Ajuste para Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa:** É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável.

**g. Apuração do Superávit/Déficit:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. **h. Reconhecimento de Receitas:** As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública. **i. Outros Ativos e Passivos Circulantes e não Circulantes:** Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. **j. Ajuste ao Valor Presente de Ativos e Passivos:** Nas demonstrações contábeis de 2025 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade. **k. Patrimônio Líquido:** Composto pelo superávit/déficit obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. **I. Demonstrações dos Fluxos de Caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **m. Contratos de Gestão:** A Administração do Instituto adota dos conceitos de contabilização dos fluxos de gestão baseados na NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais e ITG 2002 (R1), e reconhece o saldo do contrato de gestão junto ao Ente Público, registrando em ativo circulante os valores futuros a receber dos serviços previstos em contrato, em contrapartida ao passivo circulante relativa a obrigação de execução do contrato pactuado.

**4. Caixa e Equivalentes de Caixa:**

	2025	2024
Caixa em espécie	-	-
Banco conta movimento	180.962	-
Aplic. financeiras de liquidez imediata	-	-
<b>Total</b>	<b>180.962</b>	<b>-</b>

As aplicações em Certificados de Depósito Bancário foram feitas em instituições de primeira linha no Brasil, com remuneração baseada nas taxas do Certificado de Depósito Interbancário-CDI e não possuem vencimento predeterminado, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Entidade, garantindo liquidez imediata. Os rendimentos estão atualizados pelo valor incorrido até a data do balanço. O Contrato de gestão n.º 030/2025, junto à Secretaria Municipal de Saúde do Município de São Francisco do Sul - SC, contempla recursos para gestão da UPA Sandra Regina e do Hospital e Maternidade Nossa Senhora da Graça. A Administração da UPA entende que as operações não são impactadas pela concentração dos recursos do contrato de gestão em contas do Hospital, trabalhando como retaguarda de atendimento.

**5. Contas a Receber:** O montante refere-se a contas a receber de contrato de gestão com a Secretaria de Saúde do Município de São Francisco do Sul - SC, conforme contrato n.º 030/2025 vigente até 31/10/2026.

	2025	2024
Contrato de gestão	630.611	571.171
<b>Total</b>	<b>630.611</b>	<b>571.171</b>

**Aging List**

	2025	2024
A vencer	630.611	571.171
+ de 360 dias	-	-
<b>Total</b>	<b>630.611</b>	<b>571.171</b>

**6. Estoques:**

	2025	2024
Drogas e medicamentos	11.931	10.090
Materiais de uso do paciente	8.529	7.283
Limpeza e higienização	3.393	1.998
Materiais de laboratório	464	559
Materiais de manutenção	570	432
Fios cirúrgicos	398	282
Demais materiais	2.047	1.463
<b>Total</b>	<b>27.332</b>	<b>22.107</b>

Não há itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade que justifique constituição de provisão para perdas.

**7. Imobilizado:**

	Instalações	Máquina e Equip.	Móveis e Utensílios	Total
Em 31/12/2024				
Saldo inicial	975	12.883	-	13.858
Aquisições	8.112	-	-	8.112
Transferências	-	(2.194)	2.194	-
Baixas	-	-	-	-
Depreciação	(385)	(1.468)	(47)	(1.900)
<b>Saldo contábil líquido</b>	<b>8.702</b>	<b>9.221</b>	<b>2.147</b>	<b>20.070</b>
Em 31/12/2025				
Saldo inicial	8.702	9.221	2.147	20.070
Aquisições	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-
Depreciação	(991)	(1.232)	(284)	(2.507)
<b>Saldo contábil líquido</b>	<b>7.711</b>	<b>7.989</b>	<b>1.863</b>	<b>17.563</b>

**8. Fornecedores:**

	2025	2024
Materiais e medicamentos	897	728
Serviços	303.737	44.334
Serviços médicos	3.788	233.671
Diversos	28.116	28.116
<b>Total</b>	<b>336.538</b>	<b>306.849</b>

**9. Obrigações Trabalhistas:**

	2025	2024
Ordenados e salários a pagar	170.900	176.397
Provisão férias	211.701	233.219
Provisões FGTS s/férias	16.931	18.657
Provisão 13º salário	5.771	-
Outras provisões	877	-
<b>Total</b>	<b>406.180</b>	<b>428.273</b>

**10. Obrigações Sociais:**

	2025	2024
INSS a recolher	18.163	22.888
FGTS a recolher	26.323	25.016
Empréstimos FGTS	18.587	-
IRRF s/ folha a recolher	27.569	31.792
Contr. sindical	4.836	9.028
<b>Total</b>	<b>95.478</b>	<b>88.724</b>

**11. Partes Relacionadas:**

	2025	2024
<b>Ativo</b>		
Sede Administrativa	6.700	6.700
<b>Total Não Circulante</b>	<b>6.700</b>	<b>6.700</b>
<b>Passivo</b>		
Hospital e Maternidade Municipal		
Nossa Senhora da Graça	841.757	434.064
Sede Administrativa	19.938	15.549
<b>Total Circulante</b>	<b>861.695</b>	<b>449.613</b>
Hospital e Maternidade Municipal		
Nossa Senhora da Graça	769.454	647.306
<b>Total Não Circulante</b>	<b>769.454</b>	<b>647.306</b>

O saldo a pagar em 2025 no passivo circulante de R\$ 19.938 (R\$ 15.549 em 2024), corresponde aos serviços da gestão da Sede Administrativa, previsto em contrato de gestão. **12. Provisões para Contingências: a. Processos com prognóstico de perda provável:** A Entidade é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões Cíveis, Trabalhistas e Tributárias. A Administração, com base nas recomendações dos consultores jurídicos e na análise da evolução dos processos, considerou suficiente a provisão constituída para fazer face aos processos. **Provável**

	2025	2024
Cível	-	-
Trabalhista	-	55.717
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>55.717</b>

**b. Processos com prognóstico de perda possível:** Os processos classificados como de probabilidade de perda possível, pela Administração, amparada por seus assessores jurídicos, não estão reconhecidos contabilmente e montam os seguintes valores: **Possível**

	2025	2024
Cível	1.015.000	1.015.000
Trabalhista	41.025	-
<b>Total</b>	<b>1.056.025</b>	<b>1.015.000</b>

**13. Despesas Gerais e Administrativas:**

	2025	2024
Serviços de gestão	(208.691)	(182.394)
Energia elétrica	(70.024)	(68.642)
Aluguel de máquinas	(38.252)	(29.843)
Água e esgoto	(7.546)	(7.483)
Provisões para contingências	-	(55.717)
Outros	(44.296)	(34.498)
<b>Total</b>	<b>(368.809)</b>	<b>(378.577)</b>

**14. Renúncia Fiscal:** A Entidade aplica integralmente no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional - CTN. Atendendo ao disposto no item 27 - (C) do ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, em que a renúncia fiscal relacionada com a atividade deve ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse, está sendo apresentado o quadro de impostos

incidentes sobre as operações. O valor da isenção do recolhimento da Contribuição Patronal sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados, como se devidos fossem.

	2025	2024
Cota patronal/ Terceiros e RAT/SAT	645.982	574.632
<b>INSS</b>	<b>645.982</b>	<b>574.632</b>
COFINS	213.400	208.914
<b>COFINS</b>	<b>213.400</b>	<b>208.914</b>
<b>Total</b>	<b>859.382</b>	<b>783.546</b>

**15. Instrumentos Financeiros:** A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles. Opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, recebimento de entes públicos e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

	2025	2024
Aplic. financeiras de liquidez imediata	-	-
Contas a receber	630.611	571.171
<b>Total ativos financeiros</b>	<b>630.611</b>	<b>571.171</b>
Fornecedores	336.538	306.849
<b>Total passivos financeiros</b>	<b>336.538</b>	<b>306.849</b>

**16. Gestão de Riscos:** A Entidade possui exposição aos seguintes riscos advindos de instrumentos financeiros. **i. Riscos de Liquidez:** As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações tais como recebimento de repasses. A Administração da Entidade entende que tais fontes são adequadas para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de imagem à Entidade. **ii. Riscos de Crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do contrato de gestão. A Administração entende que o risco de crédito é monitorado de maneira adequada e frequente, uma vez que ao que minimiza as possibilidades de ocorrências de descumprimento. **17. Eventos Subsequentes:** Até a data de emissão destas demonstrações contábeis, o Contrato de gestão 030/2025 estava vigente, não sendo realizadas provisões adicionais ou contingenciais nessas demonstrações contábeis, com perspectiva da Administração de que seja renovada para nova Gestão do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH, após seu encerramento em 31 de outubro de 2026.

São Francisco do Sul - SC, 15 de Abril de 2026.

**Rodrigo Fröhlich - Diretor Executivo** - CPF: 094.129.927-93  
**Ediane Pacheco Lemos - Contadora** - CRC- SP-324161/O

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações financeiras**

À Diretoria do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH Unidade de Pronto Atendimento - Sandra Regina. São Francisco do Sul - SC.

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH / Unidade de Pronto Atendimento - Sandra Regina, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do déficit, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio social, e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH / Unidade de Pronto Atendimento - Sandra Regina, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as

demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfases:** Nossa opinião não está ressalvada em função dos seguintes assuntos: **Patrimônio social negativo e continuidade operacional:** Chamamos a atenção sobre o descrito na nota explicativa 1(c), em que a Administração apresenta os fatores de elevação de custos da operação de gestão da Unidade que contribuíram substancialmente para o déficit de R\$ 199.749 apurado no período e considera a discussão de complemento/atualização dos valores contratuais como determinantes para o reequilíbrio dos fluxos de caixa futuro. Em 31 de dezembro de 2025, a UPA apresentava patrimônio líquido negativo na ordem de R\$ 1.533.076 e capital circulante líquido negativo na ordem de R\$ 787.885. Estas demonstrações financeiras foram preparadas com princípio de continuidade operacional e nenhuma provisão ou ajuste foram realizados relativo ao assunto mencionado. **Imobilizado de gestão:** Conforme descrito na nota explicativa 2.4(c), chamamos a atenção ao fato de que o imobilizado utilizado nas operações da Entidade, será integralmente revertido ao poder concedente, quanto do término do contrato de gestão. Desta forma a Administração da Entidade não adota as determinações do Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC nº 27 - Ativo Imobilizado, não procedendo com a revisão da vida útil dos bens que compõem o ativo imobilizado, aplicando as taxas usuais, aceita fiscalmente, para determinação da depreciação e amortização dos itens imobilizados e intangíveis. **Transações com partes relacionadas:** A Entidade mantém transações relevantes com partes relacionadas, sendo os Hospitais sob gestão comum. Tais operações poderiam trazer efeitos diferentes no balanço patrimonial e resultado da Entidade, caso fossem realizadas com outras partes. **Outros assuntos:** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós e emitimos relatório de auditoria, em 17 de abril de 2025, sem modificações. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando,

as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 16 de abril de 2026.